



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SEXO COMO UM LEGÍTIMO MOVIMENTO SOCIAL

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro (1); Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale (2)

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, debora.antonieta@hotmail.com

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, teresa.vale@ufvjm.edu.br

Resumo: Este trabalho propõe analisar a categoria das trabalhadoras sexuais brasileiras sob a perspectiva dos movimentos sociais, segundo Allain Tourraine, amplamente discutido por Maria da Glória Gonh. Tal proposição se justifica pela importância de reconhecer e legitimar a organização destas mulheres como um movimento social, no sentido de que tal reconhecimento, sobretudo no meio acadêmico, é fortalecedor da luta por cidadania e direitos humanos, historicamente negados a estas pessoas em função de estigmas e preconceitos. Os registros das primeiras ações coletivas no Brasil datam do final da década de 1970, tendo como participante de destaque Gabriela Leite, autora de duas autobiografias nas quais relata passagens de sua trajetória sócio-política como ativista. Fundado oficialmente em 1987, ao longo de cerca de 30 anos de movimento, foram alcançadas algumas conquistas, como atuação direta e permanente junto ao Ministério da Saúde na organização e divulgação de campanhas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis; incorporação, em 2005, de profissionais do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações; inserção do debate sobre a atividade na arena política decisória, a partir do PL “Gabriela Leite”, proposto pelo deputado Federal Jean Wyllys. Apesar disto, diante do avanço do conservadorismo nos Estados democráticos latino-americanos e, até mesmo, diante da resistência histórica de discursos que criminalizam e marginalizam o trabalho sexual, a luta deste movimento organizado nunca se fez tão necessária, no sentido de se respeitar a autonomia e a dignidade da pessoa humana.

Palavras chave: Movimento social, Prostituição, Cidadania, Direitos Humanos.

Um movimento social?

As trabalhadoras sexuais brasileiras compõem uma categoria de cidadãs localizadas socialmente à margem da margem. Neste sentido, a seara de dotar a luta organizada das prostitutas da tratativa de movimento social legítimo se esbarra em questões intrínsecas a quaisquer sociedades, como orientações morais e/ou religiosas, que podem ser mais ou menos intensas, de acordo com conjunturas sócio-políticas. No caso do contexto brasileiro, a despeito da premissa constitucional de ser o Brasil um Estado laico, a herança colonial, cristã e patriarcal situa como abjeta e não passível de amparo estatal a atividade sexual remunerada, como discutido por Lobo e Sampaio (2016):

Há uma justificativa moral e religiosa para a exclusão dos prostituídos da proteção estatal, pois o sexo não é visto como força de trabalho como o trabalho físico ou intelectual. E não seria toda a venda de força de trabalho uma prostituição, ou somente se trabalha por amor, pela necessidade de reprodução? O olhar negativo que se tem sobre a prostituição decorre da associação de dois pecados capitais, quais sejam, a luxúria e a preguiça. A ideia de que as prostitutas não gostam de trabalhar é transmitida na linguagem coloquial que as alcunha de “mulher de vida fácil”. Em razão dessa associação, negam-se a elas e aos demais profissionais do sexo (homens e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

homossexuais) vários direitos fundamentais, entre os quais os direitos trabalhistas, pois não são vistos como trabalhadores, mas como vagabundos/preguiçosos. Esses obstáculos de viés moral e religioso são expandidos dos núcleos familiares para os macrossistemas sociais: a escola, o trabalho, a comunidade e a sociedade (LOBO; SAMPAIO, 2016, p. 920).

Entretanto, a categoria não pode ser destituída da característica de possuir uma cultura política, no sentido discutido por Maria da Glória Gohn (2017), a qual implica em orientações subjetivas de um determinado grupo. Tais orientações específicas a este grupo se referem a reivindicações como: reconhecimento da prostituição como um trabalho e respectivos amparos legais, tratamento digno por parte da sociedade, acesso humanizado a serviços públicos como saúde e delegacias de polícia etc. (VILELA, 2011).

Ademais, Alain Touraine (1998) entende que um movimento social evidencia uma ação coletiva por meio da qual “uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social” (TOURAINÉ, 1998, p. 113). Diante disto, é justo e pertinente reconhecer o movimento das prostitutas como legítimo movimento social, de acordo com a definição desenvolvida por Gohn (2017) à luz de Touraine (1998), que nos diz:

O movimento social é algo mais estruturado, tem opositores, identidades mais coesas, determinados projetos de sociedade ou de resolução aos problemas sociais que demanda. Movimentos têm liderança, bases e assessorias. Um movimento social é fruto de uma construção social e não algo dado a priori, fruto apenas de contradições. Os membros participantes de um movimento social são militantes de uma causa, são algo mais que ativistas casuais porque não foram convocados on-line, ad hoc. Eles têm laços de pertencimento e identidade com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização (GONH, 2017, p. 23-24).

O movimento das prostitutas possui opositores claros. Historicamente, a relação do Estado com as prostitutas, michês, homossexuais é marcada, sobretudo, pela violência, muitas vezes gratuita. Além disto, segundo o senso comum que se estende a instituições, às prostitutas não é conferida a possibilidade de sofrerem violências das mais diversas naturezas, visto que sobre elas recaem a culpa por qualquer tipo de atentado do qual venham a ser vítimas.

O estigma e a marginalização se sustentam até mesmo na redação do código penal (LOBO; SAMPAIO, 2016) que não dissocia claramente prostituição – atividade sexual exercida por adultos autônomos – de exploração sexual. Isto permite interpretações confusas e compreensão limitada de diferentes contextos, por exemplo, quando se associa exploração sexual de menores com prostituição. Há um esforço claro das lideranças do movimento e de sua rede de apoio para romper com a compreensão hegemônica errônea acerca do binômio prostituição/exploração sexual, uma vez que se entende que a confusão entre os termos tomou



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ares de argumento para justificar o preconceito.

Como já exposto, a sociedade também se configura como opositora. Até mesmo vertentes do feminismo se posicionam contra o movimento das prostitutas, como o feminismo radical que, ao adotar a perspectiva abolicionista¹ em relação à prostituição, se levanta com um discurso moralizante, violento, segregador.

O movimento das prostitutas também se estrutura a partir de lideranças, bases de atuação e associações em diversos estados e cidades e redes de apoio formadas por pesquisadores, profissionais de diversas áreas, como antropologia, sociologia, direito, psicologia, comunicação etc. A construção do movimento se faz pela convergência de demandas, num modo de organização espontânea, a partir da forte identificação entre seus membros.

Quanto à categorização que Gohn (2017) faz dos movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos, pode-se compreender a luta organizada das prostitutas como um novo movimento social, surgido na década de 1980 e orientado à identidade específica deste grupo, construído de modo diferente da rigidez e hierarquia dos movimentos sociais clássicos. Gabriela Leite², principal idealizadora e executora da organização das prostitutas nos conta:

Minha militância política começou na prática, não partidária. Milhares de prostitutas e travestis foram fechando o centro de São Paulo em pleno dia. Foi em 1979, na briga contra o delegado Richetti, que estava prendendo e torturando o pessoal das Bocas. A organização da passeata começou com os travestis, que buscaram adesões junto a nós. Eu e uma colega resolvemos percorrer todos os prédios e ruas da Boca do Lixo. Todo foi feito num trabalho de boca a boca, que resultou num baita movimento (LEITE, 1992, p. 85).

Gabriela Leite (1992, 2009) também revela qual foi o principal gatilho para as primeiras mobilizações públicas das quais participou, a partir de um discurso dotado de compreensão sobre os mais diversos tipos de violação a que estava exposta sua categoria,

¹ Segundo Silva (2008), há três modos legais de lidar com a prostituição no mundo: abolicionismo, que considera a prostituta como uma vítima que só age sob a coação de terceiros; regulamentarismo, que reconhece e regulamenta a prostituição como profissão; e proibicionismo, adotado em poucos países e, como diz o próprio nome, proíbe a atividade. Complementarmente, Piscitelli (2012) defende que o cenário do feminismo no Brasil é heterogêneo em relação à prostituição. De modo geral, algumas correntes incorporam em suas pautas demandas de prostitutas, enquanto outras defendem a abolição da atividade.

² Gabriela Leite (1951-2013) tornou-se a principal ativista dos direitos das prostitutas no Brasil. Filha da contracultura dos anos 70, trocou a faculdade de sociologia pela prostituição. Diante das frequentes violações dos direitos de suas colegas, iniciou trabalho nacional de organização da categoria, a partir da desconstrução de representações socialmente aceitas sobre a prostituição, dando-lhe novos sentidos e buscando o seu reconhecimento como profissão. Foi também durante a década de 1980 que promoveu os primeiros encontros nacionais de prostitutas, passou a fazer parte do movimento internacional e criou o jornal 'Beijo da rua', para fazer circular os novos discursos e afirmar como sujeitos sociais as mulheres da vida. Incentivou ainda o movimento a entrar na luta contra a Aids, incorporando a saúde como direito, instrumento de cidadania e de controle social de políticas públicas. (Texto extraído de http://www.umbeijoparagabriela.com/?page_id=293>. Acesso em 27 out. 2018).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sobretudo dentro de um contexto político antidemocrático, num Estado que se tornara de exceção:

Logo que assumiu a delegacia da jurisdição das Bocas do Lixo e do Luxo, em São Paulo, o delegado Richetti começou a prender e a bater nas pessoas, indiscriminadamente. Era um desequilibrado. Mesmo as mulheres que trabalhavam nos prédios, quando saíam, após o trabalho, eram presas e levadas à delegacia, onde apanhavam dos policiais sob a ordem e supervisão desse Richetti. A tortura, que sempre tem o componente de sadismo puro, perverso, resultou na morte de dois travestis e uma mulher, que por sinal estava grávida. Polícia e tortura andam juntos. Sadismo puro, doença perversa fascista, que sempre tenta se acobertar sob o motivo “moral e bons costumes”. É uma doença profunda em nossa sociedade (LEITE, 1992, p. 85-86).

O relato também é revelador do *modus operandi* da instituição policial em função do Regime Militar (1964-1985). Sobretudo em relação às categorias de prostitutas e travestis. Relatos de ações semelhantes sobre a mesma época que descreve Gabriela Leite podem ser encontrados no livro *Hilda Furacão*, romance de Roberto Drummond (1991), inspirado na realidade do baixo meretrício de Belo Horizonte/MG.

A atitude das prostitutas de saírem do total anonimato em que a sociedade as tinha colocado, teve efeitos: “com o escândalo que aprontamos, o governo do estado teve que tomar uma atitude imediata, que foi o afastamento do delegado Richetti. Com o novo delegado, logo as coisas voltaram ao ‘normal’” (LEITE, 1992, p. 87). Em se tratando de um regime ditatorial civil-militar, de uma sociedade conservadora e de uma população silenciada com violência, a passeata foi o primeiro grande passo de um movimento que insurgia. E, a partir disto, é possível compreender a luta organizada das prostitutas, considerando suas motivações e os contextos ao longo do tempo, como recomendado por Gohn (2017):

Os movimentos podem ser estudados tanto do ponto de vista interno (perfil dos militantes, estratégias de recrutamento e de enfrentamento com o Estado, tendências ideológicas, conflitos internos), como externo (relações com a sociedade, Estado/governo, grupos civis e religiosos, sindicatos, ONGs etc.). O ideal é combinar os dois pontos (GONH, 2017, p. 24).

Deste modo, cabe esclarecer: aqui se escreve sobre um legítimo movimento social.

De passo em passo se constrói uma caminhada

Faço muito discurso grandiloquente da prostituição organizada, mas sinto que o mais importante são os pequenos passos que temos dado para abrir o gueto. A cidadania plena é uma estrada longa que todos os setores da sociedade estão começando e aprendendo a trilhar (LEITE, 1992, p. 143).

O pioneirismo de mulheres como Gabriela Leite é atualmente reconhecido pelas prostitutas, pelo Estado e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pela própria sociedade, ainda que se busque manter as discussões e a vida das trabalhadoras sexuais no *hall* de assuntos proibidos ou inconvenientes. E é exatamente neste sentido que Gabriela Leite rompeu com a ordem estabelecida. Ela se dispôs a falar como puta na arena pública. Mais que isso, ela se dispôs a ocupar espaços até então impensáveis. Oriunda de classe média, de uma família de origem aristocrata, Gabriela trocou a possibilidade de um futuro dentro das normas, como estudante de Sociologia da USP (Universidade de São Paulo) na década de 1960, pelo trabalho de prostituta no baixo meretrício de São Paulo. Melhor dizendo, pelo trabalho de puta, como gostava de ser chamada. Decepcionada com a pretensa liberdade sexual e de pensamento cultivada pelo meio estudantil orientado à esquerda política, inconformada com o moralismo social e familiar acerca da relação com o próprio corpo e com os desejos, foi atraída pelo que considerou a verdadeira liberdade – a prostituição: “saco cheio das esnobices vanguardosas da minha tribo na USP, deixei as revoluções regadas a chope e mergulhei semiclandestina em minha guerrilha interna” (LEITE, 1992, p. 46). Destaque-se que este é um sentimento de liberdade particular de Gabriela Leite, que talvez pudesse ou possa ser compartilhado por outras trabalhadoras sexuais, mas que ela não tratava como regra, visto que reconhecia as distintas relações de suas colegas de trabalho com o ofício.

Se a moça de família ousou ocupar o lugar reservado às mulheres mais subjugadas da sociedade, a puta foi capaz de articular os dois mundos que conhecia e, deste modo, colaborou para retirar da sombra uma categoria de pessoas que, para ela, deveriam se organizar para lutar pela cidadania negada. E aquela primeira movimentação foi fundante para o porvir:

Na passeata percebi que, se nós conseguíamos realizar aquilo com o centro de São Paulo, é porque dava para fazer outras coisas mais. No auge da excitação com a passeata, algumas perguntas brotaram na minha cabeça: “Por que nós não nos organizamos de uma maneira mais permanente? Por que a gente não se organiza contra a violência policial?” Comecei a ver nisso um trabalho político seríssimo, concreto, que faz parte do dia a dia da prostituição (LEITE, 1992, p. 86).

Os resultados estimularam outras movimentações pelo país e a inquietude para que a articulação das prostitutas tivesse continuidade. Decerto, um grande desafio que exigiria de Gabriela Leite e suas companheiras, mais que mera dedicação, entrega e muita coragem. A inserção em diversos espaços até então vetados às prostitutas se transformava em uma verdadeira vitrine, na qual a inevitável exposição dava margem tanto ao apoio quanto às objeções, vindos às vezes dos lugares sociais menos prováveis, como de certo feminismo:

A mesma mentalidade preconceituosa nas feministas gera aquela ideia manjada (que não é marxista, segundo elas...) de que a prostituta “demonstra a grande exploração da mulher pelo homem”. Isto é pequeno em relação à vida, é uma visão estreita. As feministas,

www.redor2018.sinteseeventos.com.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

com todas suas teorizações, insistem em se manter alienadas. Só que a vida, mais além dos livros e teses feministas, é muito complexa, não é maniqueísta, é complicada mesmo (LEITE, 1992, p. 87).

Para um movimento que se construía em busca de cidadania e direitos civis plenos, na luta contra o estigma, pela reivindicação da autonomia de pessoas adultas encararem práticas sexuais pagas como um trabalho honesto, levarem a pecha de “coitadas” era uma afronta e um contrassenso. O apoio vinha de setores mais progressistas, como a classe artística:

Com o movimento ganhando corpo, após a passeata, houve adesões de artistas famosos e a Ruth Escobar cedeu o seu teatro para que fizéssemos uma assembleia. Ficou lotado. Eu nunca havia participado de uma assembleia em toda a minha vida, ainda mais com TV e imprensa em cima. Imagina uma cidade do tamanho de São Paulo, conservadora como é, onde prostituta e travesti não existiam, nem sequer eram gente, e nós todos discutindo o problema em público. Foi de arrepiar (LEITE, 1992, p. 86-87).

E para enriquecer a complexidade deste cenário tão novo e vanguardista, o apoio vinha também de alas menos conservadoras da igreja católica. Este primeiro momento do movimento foi abraçado por propagadores da teologia da libertação, como Leonardo Boff, pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião), pela Pastoral de Mulher, e pela ala católica do PT (Partido dos Trabalhadores) (LEITE, 1992, 2009). Entretanto, não há dúvidas de que as contradições, sobretudo no âmbito dos moralismos, eram aspectos geradores de tensões. Gabriela Leite (1992, 2009) relata que suas relações com estas organizações foram, por vezes, ambíguas. Ao mesmo tempo em que seu orgulho de ser prostituta era desafiado por certa postura necessária à manutenção da imagem destas instituições, ela reconhece a importância das portas que lhe foram abertas:

Foi com imensa alegria que fiz a ponte entre os dois mundos que eu vivia quando o Rubem César Fernandes, então secretário executivo adjunto do ISER, me disse: “Coloque no papel as suas idéias, o que você está afim de fazer e me mostre. Eu te ensino como colocar na forma de projeto”. Assim o que era sonho começava a acontecer. Lembro-me que tive até uma pequena hemorragia, pensei que o coração não ia aguentar, quando vi prostitutas de todo o Brasil invadindo o Rio de Janeiro, ocupando o ISER, no I Encontro Nacional de Prostitutas. Tempos depois outro sonho se concretizava: o número zero do nosso jornal Beijo da Rua. Eram duas horas da manhã quando, junto com o editor do jornal, Flávio Lenz, cheguei à gráfica da Tribuna da Imprensa. Chorei como uma mãe que acaba de parir seu primeiro filho. E comemorei esse privilégio num botequim da Lapa, bebendo todas as cervejas do mundo naquela noite. Todas essas alegrias só foram possíveis, sem dúvida, porque a instituição onde fui trabalhar ousou levar adiante meu projeto com a prostituição. Que outra aceitaria? (LEITE, 1992, 96-97).

E, deste modo, por meio de estratégias na ocupação dos espaços que se abriam, a movimentação que começou tímida ampliava sua esfera de atuação e colhia frutos como a visibilidade, o interesse da imprensa e o despontamento como movimento social, que acabou fazendo com que o poder



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

público acolhesse algumas das demandas da categoria.

Depois de produzirmos com o Ministério da Saúde os manuais sobre Aids para prostitutas, travestis e michês, consegui que eles financiassem um programa de continuidade a esses manuais. Um trabalho mais sistemático, que eu exigi que fosse realizado pelas pessoas do meio. Sempre achei que quem deve trabalhar na distribuição de preservativos e das informações são, por exemplo, as próprias prostitutas em suas áreas, enquanto as instituições promotoras dariam o treinamento. Não se deve esquecer que estamos falando de guetos, e que o programa não é somente sobre Aids. Há demanda de outras questões de saúde da mulher, como pré-natal, por exemplo. Como elas atuam na área, estão mais próximas dos problemas e podem nos informar melhor sobre as necessidades (LEITE, 1992, 145).

Tamanha ousadia das prostitutas se converteu num expressivo ato político. Tanta novidade e tanta quebra de paradigmas que despertaram a atenção de instituições, partidos, pessoas com certa visibilidade, não eram correspondidas necessariamente por apoios desinteressados. Gabriela Leite (1992, 2009) relata algumas consequências não tão positivas da primeira rede de apoio que abraçou o movimento:

O convite de Ruth Escobar, cedendo seu teatro para a assembleia, fodeu com tudo. Ela quis capitalizar esse movimento espontâneo para sua campanha política, ia para a TV todos os dias, dava entrevistas sobre o assunto e – claro! – nosso movimento tornou-se um negócio dela, uma bandeira do discurso dela. Acabou esvaziando o entusiasmo das pessoas diretamente interessadas no movimento. Elegeu-se deputada, mas o movimento, em si, já eram cinzas. No nosso meio foi confuso: eu e outras pessoas vibramos muito, queríamos prosseguir lutando por nossos direitos, contra a discriminação que sofríamos, mas a maioria das nossas colegas achava sem-vergonhice ficar se mostrando. Embora essa mentalidade continue existindo, a luta persistente desses últimos anos fez com que muitas rosas, que não falavam, hoje falem (LEITE, 1992, p. 87-88).

Gohn (2008), ao dialogar teoricamente com Christian Adel Mirza, destaca que este autor, que estudou mobilizações latino-americanas, fez apontamentos a respeito da vinculação entre partidos políticos e movimentos sociais. Os relatos de Gabriela Leite (1992, 2009) exemplificam o que afirma Mirza e demonstram o potencial enfraquecimento dos vínculos dos envolvidos neste movimento, quando apropriados por pessoas, instituições ou organizações externas. Porém, Gabriela Leite sabia deste tipo de risco, não se deixava enveredar pelas conquistas e sustentava um discurso lúcido:

Meu maior esforço, nesse movimento de prostitutas que um dia iniciei, é que ele não se torne essa porcaria em que outros movimentos se tornaram, embora não se possa ter muito controle sobre isso. Vários movimentos começaram muito bem na luta contra determinado preconceito, mas acabaram trocando um preconceito pelo outro. Enrijecem, ficam bitolados, dogmáticos. O movimento feminista, o movimento negro, até os movimentos populares de associação de bairro ficaram assim (LEITE, 1992, p. 161).

Da articulação que se iniciou em 1979, um acontecimento que deixou um importante legado e, de fato, fundou o



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

movimento das prostitutas foi o I Encontro Nacional das Prostitutas, em 1987, no Rio de Janeiro: “era um momento histórico para nós, prostitutas, que há tanto tempo sonhávamos com esse Encontro” (LEITE, 1992, p. 128). Dois anos após a redemocratização do Brasil, este significativo engajamento idealizou a criação de um jornal, chamado *Beijo da Rua*, por meio do qual as prostitutas pudessem se expressar por meio da imprensa.

O desejo de criar um projeto jornalístico com este fim tinha origem na percepção daquelas mulheres de que elas eram majoritariamente representadas ou como vítimas, da exploração sexual, do machismo, do capitalismo; como degeneradas e vagabundas; ou ainda como vetores de doenças, sobretudo de infecções sexualmente transmissíveis, naquele período notadamente o HIV/Aids (LENZ *et al.*, 2015, p. 460).

O jornal permanece em circulação, em versão eletrônica desde 2004. (LENZ *et al.*, 2015). É compreendido como uma ferramenta de resistência e canal de comunicação necessário ao fortalecimento das pautas e relações do próprio movimento das prostitutas. Também frutos do movimento de prostitutas no Brasil destacam-se a Organização não Governamental DAVIDA, criada exclusivamente para tratar questões da prostituição por meio de projetos lúdicos e a grife DASPU, “projeto da Davida, cujo objetivo é gerar recursos para investir em projetos sócio-culturais da organização” (YACCOUB, 2009, p.6).

Gabriela Leite faleceu em 2013, vítima de câncer de pulmão. Atualmente seu nome está em Projetos de Lei³, jornais, associações de prostitutas. Em 2017, em comemoração aos 30 anos do movimento das prostitutas no Brasil, foi realizado o VI Encontro Nacional de Prostitutas, em São Luís do Maranhão.

Os dias de hoje e os mesmos desafios de sempre

Atualmente, o movimento social das prostitutas se funda em associações pelo Brasil. Tem como importantes referências Lourdes Barreto – paraense, contemporânea e amiga de Gabriela Leite, representante da velha guarda e do início da organização social das prostitutas – e Monique Prada que, ao fazer uso de plataformas virtuais, coloca os rumos do movimento à disposição de quem quiser compreendê-lo melhor, por meio de seus perfis virtuais abertos, textos em blogs e colunas na mídia não tradicional. Monique é colunista da Mídia Ninja, membro do grupo assessor da Sociedade Civil pela ONU mulheres e publicou neste ano de 2018 seu livro *Putafeminista*. Ela tem desenvolvido um trabalho sério e comprometido na formação de novas lideranças pelo Brasil, além de atuar com um discurso desafiador:

³ Projeto de Lei 4.211/12 do deputado federal Jean Wyllys, batizado “Lei Gabriela Leite”, que propõe determinado modelo de regulamentação da atividade dos profissionais do sexo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Almoçamos, jantamos consumimos. Existimos, por mais que existirmos também fora do gueto seja inconveniente em uma sociedade profundamente hipócrita e conservadora – uma sociedade que nos alimenta, mas não quer que sentemos à mesa. Essa invisibilidade forçada pelo estigma, que afeta não só as trabalhadoras sexuais mas também suas famílias, amigos, filhas e filhos, me fala da urgência de abrirmos espaço para tratar dos temas relativos ao trabalho sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista (PRADA, 2018, p. 67-68).

Entretanto, como alertado por Gabriela Leite (1992, 2009) e confirmado na contemporaneidade, uma das barreiras à articulação e formação de participantes ativas e lideranças é a assimilação do estigma por parte das próprias prostitutas.

A grande maioria da prostituição ainda tem a visão milenar de ser a parte excluída, a parte pecadora da sociedade, e reluta em assumir que é simplesmente uma atividade humana como outra qualquer. Tende a fechar-se no seu mundo, fazer um gueto e não abrir-se para ninguém. Somente dentro do gueto as prostitutas não sentem vergonha de serem o que são. Mas quando estão fora do gueto, têm medo de serem reconhecidas (LEITE, 1992, p. 144).

Isto torna imprescindíveis trabalhos como o que Gabriela Leite realizou e que Lourdes Barreto e Monique Prada têm realizado a nível nacional. Regionalmente, destacam-se Santuzza Alves (CUTS – Central Única de Trabalhadoras Sexuais de Belo Horizonte e Coletivo Rebu), Diana Soares (ASPRORN – Associação das Prostitutas do Rio Grande do Norte), Fátima Medeiros (APROSBA – Associação das Prostitutas da Bahia), Cida Vieira (Aprosmig – Associação das Prostitutas de Minas Gerais), entre outras, que se desdobram entre o trabalho, a vida pessoal e o ativismo. É parte do trabalho delas dialogar sensivelmente, promover e desenvolver a autoestima, conscientizar as prostitutas de sua autonomia e valor como sujeitas de direito e autoras das próprias histórias.

Em evento intitulado *Diálogos pela Liberdade*, promovido pela Rede Oblata⁴, realizado no mês de novembro de 2017, na Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG, em mesa composta por trabalhadoras sexuais se afirmou o consenso acerca dos modos distintos como as próprias prostitutas lidam com o processo de autorreconhecimento, superação de certa auto subjugação e inserção na luta coletiva por direitos. Cada mulher vive seu processo individual de inserção ou não em organizações coletivas da categoria. Gabriela Leite já manifestava seu reconhecimento a este desafio: “prostituta deve frequentar os mesmos lugares que toda a sociedade. Só existe segregação se houver o agente e a vítima. Como a prostituta

⁴ A partir do seguinte pensamento se orientam as ações da Rede Oblata, uma congregação religiosa: “Para as Irmãs Oblatas, a ferida social causada pelo fenômeno da prostituição está longe de ser sanada. As mulheres vítimas desta realidade são na verdade guerreiras, lutadoras, que insistem em sobreviver, mesmo que a sociedade queira moralmente culpá-las pelos problemas familiares, sociais e econômicos, jamais trazendo para a discussão os homens que as buscam para satisfazer os próprios prazeres. Mesmo assim, a Congregação acredita na libertação de cada um desses corpos usados e manipulados na prostituição” (texto extraído de <<http://www.oblatas.org.br/missao.asp>>, acesso em 20 out. 2018).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

introjeta esses dois personagens, imagine quanto esforço é necessário para mudar esse quadro” (LEITE, 1992, p. 45).

O movimento, apesar de ter as prostitutas como grandes protagonistas, as quais falam com propriedade a respeito de suas realidades e enfrentamentos diários, não se realiza sozinho. Como já exposto, há um rede de apoio multidisciplinar importante, que complementa e dá suporte às mulheres. Infelizmente, para transpor algumas barreiras sociais marcadas pelo preconceito e descaso com a realidade das prostitutas, as redes de apoio parecem às vezes precisar preceder o próprio movimento.

O modo como o movimento brasileiro de prostitutas se mantém, com certo amparo de intelectuais, pesquisadoras/es, artistas etc., pode ser correlacionado com o caso dos zapatistas, como descrito por Castells (1996). O autor destaca o subcomandante e porta voz do exército zapatista, Marcos, que não era oriundo de nenhum grupo étnico, nem sequer mestiço. Marcos, formado em Sociologia e Comunicação na Cidade do México e em Paris, era um dos intelectuais urbanos que aderiram à luta social dos zapatistas, que “assumiram a árdua tarefa de ganhar credibilidade entre os setores mais oprimidos do país” (CASTELLS, 1996, p. 100).

A mediação das redes de apoio com a sociedade se dá em espaços de diálogo, organização eventos, grupos de pesquisa, ONGs de acolhimento e apoio, pastorais etc. Isso não significa que relações entre redes e movimentos de prostitutas sejam plenamente harmoniosas. O relatório de atividades de 2016 da Rede Oblata se utiliza do termo “mulheres que exercem a prostituição” e traz como um de seus resultados “promoção de uma maior conscientização sobre a exploração econômica que sofrem”. Pelo viés do trabalho no sistema econômico capitalista global, qual trabalhador não seria explorado de alguma maneira? Ao que parece, o que de fato subjuga as prostitutas ou trabalhadoras sexuais, e não “mulheres que exercem prostituição”, é algum tipo de moralismo cristão que dá à prática sexual certa conotação de pecado e proibição, e que não é exclusivo de organizações ligadas a instituições religiosas. Neste aspecto, o movimento das prostitutas é estratégico, uma vez que age para ocupar estes espaços abertos, sem enfrentamentos explícitos, agindo e se impondo à medida do possível. E quaisquer que sejam os argumentos que tratam prostitutas como vítimas exploradas economicamente no capitalismo, a refutação por parte delas é firme, desafiadora e leva à reflexão:

As feministas querem enfrentar esse assunto sem perder a pose, dizendo que “a cafetina é uma exploradora das pobres mulheres” (entenda-se “vítimas”). Bobagem. A cafetina é um patrão como outro qualquer, e que explora, sim, como se explora em qualquer relação patrão-empregado. Se essas feministas burguesas pensassem com

www.redor2018.sinteseeventos.com.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mais sinceridade na relação que elas têm com suas empregadas domésticas, talvez então conseguissem ter uma visão mais objetiva e menos bobinha sobre as relações de trabalho na prostituição e nas atividades femininas em geral (LEITE, 1992, p. 170).

Para além das tensões entre movimento, rede de apoio e sociedade, entre as próprias prostitutas há divergências quanto a autorreferenciação e a identidade coletiva do grupo, uma vez que:

A ideia de que a prostituição é um meio, trabalho provisório até que se consiga “sair dessa vida”, reduz os profissionais a objetos, sendo-lhes negada a condição de “fim em si mesmo” preconizada pela dignidade da pessoa humana. É, portanto, necessária e plenamente possível uma adequação da legislação infraconstitucional ao direito à igualdade, à dignidade da pessoa humana, à livre iniciativa e ao direito ao exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, regulando a atividade dos profissionais do sexo. É necessária alguma sensibilidade no tratamento do tema, sobretudo diante da ausência de consenso quanto à identidade e até à autoidentidade entre trabalho e prostituição. Mesmo entre as prostitutas, o tema divide opiniões. Remete-se à autonegação da própria condição do trabalho que fazem à sua condição humana, espécie tributária da lógica hegeliana de senhor e escravo, e do preconceito com sua própria situação de ser profissional e de ser humano. É, portanto, problemática a tarefa de se pedir às prostitutas que não se consideram prostitutas para lutarem pelos direitos e pela própria causa. [...] Os próprios prostituídos, como vimos, enxergam o exercício de sua atividade como um rito de passagem para uma vida futura mais digna. Assim, a atividade profissional de prostituição também é tida com um meio, sendo excepcionais aquelas situações em que a pessoa enxerga em sua atividade o caráter profissional e reconhece a necessidade da regulação do seu exercício. (LOBO; SAMPAIO, 2016, p. 919-921).

Outros desafios da atualidade se referem à atuação e inserção de instituições religiosas extremamente conservadoras nas câmaras legislativas, as quais desrespeitam o princípio constitucional da laicidade do Estado e deliberam pautas orientadas às suas crenças particulares. Tal prática, além de representar retrocesso social num sentido amplo, colabora para criminalizar e marginalizar ainda mais um movimento que precisa se reafirmar o tempo todo para ser aceito e respeitado. E as consequências são lamentáveis e antidemocráticas:

No Legislativo federal, o Projeto de Lei n. 98/2003, elaborado pelo deputado Fernando Gabeira, visando à regulação da prostituição, foi arquivado. A maior justificativa para a rejeição do Projeto de Lei residiu na inobservância à moralidade, manifestada pelos Deputados Paulo Maluf e ACM Neto. Em 12 de julho de 2012 foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 4.211/2012, de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys, que visa à regulação da atividade dos profissionais do sexo de forma autônoma ou coletiva, por cooperativas – Lei Gabriela Leite, que se fundamenta na Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas (Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten – Prostitutionsgesetz – ProstG). A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Deputado Pastor Eurico (PSB-PE), rejeitou o referido Projeto de lei, fundamentando a rejeição em diversos argumentos, sendo necessário destacar aquele segundo o qual não há tolerância da prostituição em qualquer passagem do Novo Testamento (LOBO; SAMPAIO, 2016, p. 925).



Ao longo de 30 anos de luta, pequenos avanços não deixaram o movimento morrer e, pouco a pouco, na contracorrente do conservadorismo e do moralismo, a Rede Brasileira de Prostitutas se fortalece e cresce. A atuação constante das prostitutas nas ações do Ministério da Saúde de luta contra o HIV, a participação ativa de trabalhadoras sexuais em debates acadêmicos que as tomam por sujeitos de pesquisa, as próprias pesquisas desenvolvidas que tratam a prostituição com sensibilidade e responsabilidade, etc. são exemplos de conquistas.

Os avanços atuais não são ainda suficientes. Mas são prova de que as ações estruturadas, os modos de atuação autônomos ou junto às redes de apoio, o trabalho de base realizado pelas próprias prostitutas nas diversas regiões do Brasil, entre outras coisas, são fundamentais à luta que se constrói e reconstrói continuamente. Entretanto, as eleições presidenciais de 2018 sinalizam a necessidade do fortalecimento das resistências, sobretudo diante do discurso pautado em moralismos e preconceitos que conduziu campanhas e que foi referendado por parte da população brasileira. Se por um lado a resistência sempre foi característica da categoria das trabalhadoras sexuais, por outro é imprescindível que ela esteja mais firme do que nunca.

Considerações finais

O movimento brasileiro de prostitutas é um legítimo movimento social. O fato de ser historicamente marginalizado, estigmatizado e criminalizado reafirma a necessidade de sua existência. Os desafios são inúmeros e a ação das ativistas que ocupam lugares de liderança é exaustiva. Estas mulheres precisam se afirmar e reafirmar o tempo inteiro, repetir enfadonhamente seus discursos e demandas, na esperança de que sejam compreensivamente ouvidas. Não obstante, sinaliza-se que um trabalho de base, nos moldes de formação dos movimentos sociais clássicos, se faz mais que necessário, visto que muitas prostitutas introjetam a ideia de que sua atividade é crime, se envergonham de sua condição, não se reconhecem como sujeitas de direito.

Para além do que se constrói coletivamente, prostitutas precisam ser vistas pela sociedade como mulheres como quaisquer outras: que sonham, trabalham, sofrem, se alegram, têm contas a pagar, têm famílias (mãe, pai, filhas, filhos, às vezes até mesmo companheiros ou companheiras etc.), são cidadãs e, por isso, dignas de direitos civis, sociais e políticos. Não convém, entretanto, estabelecer uma visão romantizada sobre a prostituição, mas entende-se que é plenamente possível compreender os sujeitos por eles mesmos e apreender os distintos contextos em que estão



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

inseridos. Isso não pode ser feito sem que estas mulheres sejam ouvidas.

A regulamentação da profissão é, potencialmente, um importante passo para mitigar o estigma, a criminalização, o preconceito que permeiam este universo e, sobretudo, práticas violentas por parte do Estado ou oriundas do próprio contexto da prostituição. Destaque-se que é imprescindível que em qualquer elaboração de projeto de lei com tal finalidade haja participação ativa de trabalhadoras sexuais, para que as demandas da categoria estejam legitimamente representadas e expressas. Negar amparo Estatal, respeito social e direitos a elas é coadunar com práticas que estão na contramão dos Direitos Humanos e da democracia. A organização do movimento social das prostitutas brasileiras se faz com muito respeito, percalços, união, resistência, luta, enfrentamento, lágrimas, sorrisos, entrega, dignidade e, sobretudo, com muito amor.

Referências:

CASTELLS, Manuel. **A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global.** In: _____. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

DRUMMOND, Roberto. **Hilda Furacão.** São Paulo: Siciliano, 1991).

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade.** São Paulo: Cortez, 2017.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LENZ, Flávio Cesar; ANDRADE, Ana Beatriz Pereira de; AQUINO, Henrique Perazzi de. Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas. In: VII Congresso Internacional de Design da Informação, 2015, Brasília/DF. **Anais..**, 2015, p. 460-467.

LOBO, Bárbara Natália Lages; SAMPAIO, José Adercio Leite. A prostituição e a dignidade da pessoa humana: crítica literária e musical à negação do direito fundamental ao trabalho. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, Joaçaba, v. 17, n. 3, p. 913-932, set./dez. 2016.

PISCITELLI, Adriana Gracia. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 36, p. 11-31, dez. 2012.



PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

REDE OBLATA. Relatório de atividades 2016. Diálogos pela Liberdade, Projeto Oblata. Impresso não paginado, 2017.

SILVA, Mario Bezerra da. Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano XI, n. 59, nov. 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233>. Acesso em: 15 jan. 2017.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

VILELA, Janaína Alcântara. **O movimento social das profissionais do sexo e a luta pelo reconhecimento de seus direitos sociais**. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 91, ago 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10088>. Acesso em 22 nov. 2017.

YACCOUB, Hilaine. Daspu: modos de usar, moda para mudar. In: 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009, Caxambu/MG. **Anais...**, 2009, p. 1-12.